



GUIA DA ESCOLA CIDADÃ
INSTITUTO PAULO FREIRE

4

Licínio C. Lima

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E DEMOCRACIA RADICAL

Paulo Freire e a governação
democrática da escola pública

2ª edição



 CORTEZ
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lima, Licínio C.

Organização escolar e democracia radical : Paulo Freire e a governação democrática da escola pública / Licínio C. Lima. – 2. ed. – São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire, 2002. – (Guia da escola cidadã ; v. 4)

Bibliografia.

ISBN 85-249-0735-5 (Cortez)

1. Autonomia escolar 2. Democratização do ensino 3. Escolas – Administração e organização 4. Escolas públicas 5. Freire, Paulo, 1921-1997 6. Pedagogia crítica I. Título. II. Título: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. III. Série.

00-0699

CD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Freire, Paulo : Pedagogia : Educação 370.1
2. Pedagogia freireana : Educação 370.1

GUIA DA ESCOLA CIDADÃ
INSTITUTO PAULO FREIRE

4

Licínio C. Lima

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR
E DEMOCRACIA RADICAL
Paulo Freire e a governação
democrática da escola pública

2ª edição

 **CORTEZ**
EDITORA

 **INSTITUTO**
PAULO FREIRE

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E DEMOCRACIA RADICAL
Licínio C. Lima

Capa: DAC

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Dany Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

Nota do editor: Nesta edição foi preservada a ortografia original do autor.

© 1999 by Autor

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 317 – Perdizes

05009-000 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – fevereiro de 2002

IPF INSTITUTO PAULO FREIRE

Série “Guia da Escola Cidadã”

Coordenação: Ângela Antunes Ciseski (São Paulo), Carlos Alberto Torres (UCLA, Los Angeles), Francisco Gutiérrez (ILPEC, Costa Rica), José Eustáquio Romão (UFJF, Juiz de Fora), Moacir Gadotti (USP, São Paulo), Paulo Roberto Padilha (USP e UNICASTELO, São Paulo) e Walter Esteves Garcia (ABT, Brasília)

Editora Cortez (São Paulo - SP)

Conselho Internacional de Assessores

(Fórum Paulo Freire — São Paulo, abril de 1998)

Presidente: Budd Hall (Canadá), **Vice-presidentes:** Akira Kusuhara (Ásia), Carlos Rodrigues Brandão (América Latina), Frank Youngman (África) e Jürgen Zimmer (Europa). **Membros:** Adriana Puiggrós (Argentina), Adriano Nogueira (Brasil), Alfredo Ghiso (Colômbia), Antônio Faúndez (Suíça), Antônio João Mânfió (Brasil), Antônio Monclús Estella (Espanha), Afonso Celso Scocuglia (Brasil), Arturo Ornelas (México), Azril Bacal (Suécia), Barbara Freitag Rouanet (República Tcheca), Bartolomeo Bellanova (Itália), Beno Sander (Brasil), Bernardino Mata Garcia (México), Birgit Wingenroth (Alemanha), Celso de Rui Beisiegel (Brasil), Daniel Schugurensky (Canadá), Edna Serafim de Oliveira (Brasil), Elizabeth Protacio-Marcelino (Filipinas), Fátima Freire (Brasil), Fausto Telleri (Itália), Francisco Vio Grossi (Chile), Genoio Bordignon (Brasil), Heinz Schulze (Alemanha), Henry Giroux (Estados Unidos), Hiroyuki Nomoto (Japão), Ilse Schrimpf Herken (Alemanha), Ira Shor (Estados Unidos), Isabel Hernández (Argentina), Isolina Centeno Ubeda (Nicarágua), João Francisco de Souza (Brasil), Jorge Werthein (Brasil), José Rivero (Chile), Ladislau Dowbor (Brasil), Liam Kane (Escócia), Lilians M. Lopes (Argentina), Luis Eduardo Wanderley (Brasil), Marcela Gajardo (Chile), Marcos Guerra (Brasil), Madalena Freire (Brasil), María Teresa Sirvent (Argentina), Martin Carnoy (Estados Unidos), Miguel Escobar Guerrero (México), Nestor Alfredo Fuentes (Argentina), Orlando Fals Borda (Colômbia), Osmar Fávero (Brasil), Peter Mayo (Malta), Peter McLaren (Estados Unidos), Peter Park (Estados Unidos), Pierre Furter (Suíça), Pierre Marc (Suíça), Pilar O’Cadiz (EUA), Roberto Orozco Canelo (Chile), Roger Dale (Nova Zelândia), Sergio Guimarães (Angola), Sergio Martinic (Chile), Sylvia Schmelkes (México), Teresa Penna Firme (Brasil), Torbjörn Stockfelt (Suécia), Zelda Groener (África do Sul).

Equipe Técnico-Pedagógica do IPF

Adriano Nogueira, Alice Akemi Yamasaki, Ana Maria do Vale Gomes, Antônio João Mânfió, Bianco Zamora Garcia, Claudinéli Moreira Ramos, Cláudio Eduardo de Souza, Carlos Alberto Daniel dos Santos, Custódio Gouvea da Motta, Débora Cristina Goulart, Débora Mazza, Eliana de Oliveira, Eliseu Muniz dos Santos, Fábio Cascino, Genoio Bordignon, Izabel Cristina Petraglia, João

R. Alves dos Santos, José Rubens Lima Jardimino, Júlio Wainer, Lúcia Helena Couto, Luiz Carlos de Oliveira, Luiz Marine José do Nascimento, Lutgardes Costa Freire, Marcia Moraes, Maria de Lourdes Melo Prais, Maria Isabel Orofino Schaefer, Maria José Vale, Maria Leila Alves, Maria Lucinete de Carvalho Silva, Maria Luiza Peixoto Ferreira, Margarita Victoria Gomez, Maurício Franklin, Misael Geraldo Souza Camargo, Paulo Silveira, Regina Elena Pinto Ribeiro, Reinaldo Matias Fleuri, Rudolf Wiedemann, Sônia Couto Souza Feitosa, Sônia Marrach, Teresa das Dores Fernandes de Castro, Valdete A. Melo, Valter José da Silva.

A ausência de uma literatura específica voltada para os problemas do cotidiano escolar tem dificultado a ação dos profissionais e demais atores que interagem na Escola de Ensino Fundamental no Brasil. Por isso, diante do movimento descentralizador, que lhes exige um desempenho técnico-político cada vez mais consistente, as dificuldades por eles sentidas são progressivamente maiores, levando-os, na maioria das vezes, a um ativismo intuitivo, sem uma clara consciência dos fins objetivados e sem uma nítida percepção dos resultados alcançados.

Professores, especialistas e até mesmo diretores de unidades escolares têm manifestado uma série de dificuldades, tanto pela carência de material que os ajude na fundamentação teórica, quanto na construção de mecanismos e instrumentos para uma série de ações que têm sido obrigados a assumir em face do novo perfil que se desenha para a instituição escolar.

Por outro lado, principalmente para os pais dos alunos das escolas públicas, a participação na chamada "gestão democrática da escola" oferece maiores dificuldades, por uma série de fatores, dentre os quais se destaca um auto-sentimento de inferioridade no domínio dos instrumentos — e até mesmo da linguagem — com que a escola opera. A falta de tempo, tanto dos pais quanto dos profissionais da educação, estes envolvidos com encargos em mais de uma escola, tem cobrado uma literatura pedagógica ágil, sem ser superficial, didática, sem ser maçante, técnica, sem ser árida, e que dê conta do salto da teoria para a prática, num cotidiano que exige respostas rápidas, eficientes e eficazes.

Foi pensando nisso que o Instituto Paulo Freire apresentou à Cortez Editora a Série "Guia da Escola Cidadã", publicizando estudos e pesquisas que o IPF vem fazendo, para responder, de forma concreta, aos desafios do ensino fundamental no Brasil.

GUIA DA ESCOLA CIDADÃ

Volumes já publicados:

1. Autonomia da escola: princípios e propostas

M. Gadotti e José E. Romão (orgs.)

2. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas

José E. Romão

3. Ecopedagogia e cidadania planetária

Francisco Gutiérrez e Cruz Prado

SOBRE O AUTOR

LICÍNIO C. LIMA

Doutor em Educação (especialidade de Organização e Administração Escolar) e agregado em Sociologia da Educação e Administração Educacional. É professor catedrático e director do Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho (em Braga, Norte de Portugal); aqui dirige o Curso de Mestrado em Organizações Educativas e Administração Educacional, o Curso de Pós-Graduação em Administração Escolar e a Unidade de Educação de Adultos.

Tem leccionado, desde 1981, disciplinas dos domínios da Sociologia das Organizações Educativas, Administração Educacional, Educação de Adultos, Métodos de Investigação, na Universidade do Minho e como professor visitante nas Universidades de Coimbra, Porto e Évora, e ainda em várias Universidades europeias e brasileiras.

É autor/co-autor de uma dezena e meia de livros e de cerca de meia centena de artigos publicados em Portugal e em sete outros países Europeus e do Continente Americano, incluindo o Brasil.

“Numa perspectiva realmente progressista, democrática e não-autoritária, não se muda a ‘cara’ da escola por portaria. Não se decreta que, de hoje em diante, a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente”.

(P. Freire, *A Educação na Cidade*)

“Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir”.
“É decidindo que se aprende a decidir”.

(P. Freire, *Pedagogia da Autonomia*)

SUMÁRIO

<i>Prefácio — Paulo Roberto Padilha</i>	13
<i>Apresentação</i>	17
<i>Introdução — abrindo diálogos sobre textos e ações em aberto</i>	23
1. Democracia radical e pedagogia democrática: organização e participação como práticas da liberdade	31
2. Democratização da escola, participação comunitária e cidadania crítica	39
3. Política educativa, organização escolar e descentralização	51
4. Da <i>politicidade</i> e <i>pedagogicidade</i> da organização escolar	67
5. Autonomia da pedagogia da autonomia?	75
6. Pedagogia da autonomia: ensinar e aprender a decidir através da prática de decisões	85
7. Autonomia da pedagogia: as decisões autónomas dos professores, a autonomia das escolas e a democratização dos poderes educativos	95
<i>Referências bibliográficas e documentais</i>	105

PREFÁCIO

É com satisfação que, representando o Instituto Paulo Freire, organização não governamental cuja finalidade é dar continuidade ao legado de Paulo Freire, aproximando pessoas e instituições que trabalham a partir de suas idéias, prefacio o livro do Professor Licínio C. Lima intitulado *Organização escolar e democracia radical*.

O Professor Licínio é Catedrático e Diretor do Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, em Braga, Portugal, e tem publicado, desde 1982, diversos livros e trabalhos relacionados, principalmente, ao estudo e à pesquisa da Organização e Administração educacional.

Neste livro, em que a organização e a participação são entendidas como “prática da liberdade”, o autor nos põe em contato com significativos trechos da obra do educador brasileiro, desde *Educação como prática da liberdade* (1967) até *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à Prática Educativa* (1997), dando-nos a oportunidade de conhecer mais profundamente o pensamento e a pedagogia libertadora de Paulo Freire.

É oportuno destacar que o Professor Licínio vai resgatando, quase que cronologicamente, algumas falas de Freire, confirmando a sua transdisciplinaridade e a sua influência sobre o

estudo e a prática das dimensões organizacionais e administrativas da educação. E lembra que o *Andarilho da utopia* faz, em *Pedagogia do Oprimido* (1970), “um dos mais violentos e eloqüentes ataques à organização burocrática e à racionalidade técnico-instrumental em educação”. (p. 34).

O livro nos mostra como Paulo Freire se afasta tanto do sectarismo de esquerda quanto de direita, com base na perspectiva da Pedagogia Radical, mas de forma criadora e crítica, fundamentando assim uma concepção de organização democrática e popular que considera os indivíduos enquanto sujeitos do ato de organizar-se. E esta maneira de conceber a organização escolar tem por princípio o que o autor chama de “democracia radical”.

O Professor Licínio consegue, permanentemente, associar o pensamento freireano à organização escolar e à democracia radical, mostrando como isso foi se consubstanciando na práxis de Paulo Freire. E este é um grande mérito desta obra. Observa e conclui que o “direito à pronúncia do mundo envolve a organização como *locus* de produção de discursos, de regras, de orientações e ações, em direção à autonomia e à *substatividade democrática*”. (p. 37)

É ainda pertinente registrar que o autor retoma e analisa o significado de muitos termos e conceitos utilizados por Freire, no decorrer de sua obra, que ele também associa à governação democrática da escola, tais como *democracia participativa, participação, descentralização, autonomia da escola, pedagogia da autonomia, politicidade e pedagogicidade da organização escolar e da prática educativa*, entre outros. E nos adverte para o cuidado que devemos ter com a apropriação inadequada de muitas dessas terminologias por parte de representantes de concepções privatistas e neoliberais de educação.

Os leitores brasileiros e portugueses que não conhecem a obra de Paulo Freire poderão ter uma visão sintética do seu pensamento, principalmente do Freire mais atual, após a sua experiência como Secretário de Educação do Município de São Paulo (1989-1991), ocasião em que, além de não perder suas raízes e de nunca deixar ser um “militante contra as

opressões do mundo”, continuou sempre buscando alternativas ao projeto neoliberal, ao qual jamais fez concessões.

Àqueles ou àquelas que já conhecem a obra de Paulo Freire, a leitura deste livro permitirá um revisitar agradável e prazeroso de muitas de suas idéias e reflexões e proporcionará ao leitor refletir sobre os princípios da *Escola Cidadã*, que defendem que a escola seja pública quanto à destinação, comunitária e democrática quanto à gestão e estatal quanto ao financiamento.

Além disso, o livro do Prof. Licínio discute os fundamentos e os pressupostos político-pedagógicos da obra de Freire e dá continuidade a esta Série *Guia da Escola Cidadã* (IFP/Cortez), alimentando assim a defesa e a prática de uma escola que defende, trabalha e luta para construir e ampliar a gestão democrática na escola, a convivência e organização dos colegiados escolares, a avaliação dialógica continuada no contexto dos Ciclos, o planejamento “socializado” (todos participam desde o início do processo, desde a base, a partir da sala de aula) e “ascendente” (de “baixo” para “cima”, criando mecanismos de comunicação e de consolidação das decisões nos diversos níveis educacionais), a construção coletiva e democrática do projeto político-pedagógico da escola, a reestruturação curricular baseada nas relações interculturais e a defesa permanente de uma educação para todos, sempre a favor e com os excluídos. E mais: oferece ainda as bases para o estabelecimento dos Programas libertadores, inovadores e progressistas de Eco-pedagogia e de Educação de Jovens e Adultos do Instituto Paulo Freire.

Segundo o Professor Licínio C. Lima, “A autonomia da escola, a autonomia da pedagogia (ou do campo pedagógico), não são concretizáveis à margem da *mobilização organizacional* dos sujeitos pedagógicos, isto é, sem as ações e as decisões individuais e coletivas, dos indivíduos, grupos e subgrupos concretos, que *fazem* a educação e que *são* a escola”. (p. 94) Acredito que estas palavras sintetizam o que o Professor Licínio chama de governação democrática: a participação de todos nas decisões que dizem respeito à escola e sobretudo à organização do trabalho escolar que não dicotomize o pedagógico e o administrativo e que não relaxe a vigilância contra o risco da

despolitização da educação: precisamos ampliar a participação e juntar forças contra as práticas neoliberais, contra as quais Paulo Freire sempre se manifestou, mostrando-nos o caminho da escola pública e democrática.

Recomendo este livro não só para os/as interessados em conhecer o pensamento e a obra de Paulo Freire, mas também a todos/as os/as que pretendem transformar a escola pública que temos na escola pública que sonhamos para os/as nossos/as filhos, cidadãos e cidadãs brasileiros, brasileiras, portugueses e portuguesas.

Paulo Roberto Padilha

INSTITUTO PAULO FREIRE

Diretor Técnico-Pedagógico

São Paulo, janeiro de 2000

Apresentação

Os fenómenos de despolitização da organização escolar e das práticas da sua administração, defendendo a sua subordinação a ideologias gerencialistas e neo-científicas, frequentemente de extracção empresarial, seja propondo a criação de *mercados internos* no seio da administração pública, criando fórmulas para a construção de *escolas eficazes*, devolvendo responsabilidades e encargos sob a defesa de uma *gestão centrada na escola* e de uma *autonomia* meramente instrumental, seja consagrando modelos de avaliação e de prestação de contas baseados nas tecnologias de controlo propostas pela *Gestão da Qualidade Total*, ora (re)centralizando certos poderes de decisão ora *descentralizando* outros compatíveis com estratégias de desregulação e de privatização do sector público da educação, vêm nos últimos anos ocorrendo com maior ou menor intensidade em quase todos os países e sistemas escolares.

Os problemas inerentes à *governança democrática* da escola pública tornaram-se assim mais complexos e difíceis, especialmente quando os processos de democratização e de participação nas decisões não só deixaram de ser apresentados como política e socialmente relevantes mas passaram mesmo a ser representados como obstáculos a uma gestão escolar mais *moderna e racional*, mais *eficaz e eficiente*.

Perante discursos políticos que se apoiam em critérios pretensamente técnicos e de superior *performance*, dicotomizando política e administração, educação e democracia, pedagogia e cidadania democrática, através do recurso a narrativas racionalizadoras de inspiração neo-tayloriana, é indispensável submeter a análise crítica tais ideologias e práticas político-administrativas, tanto mais quanto elas parecem propagar-se de forma relativamente autónoma e independente face aos diversos contextos socioeconómicos e culturais e até mesmo face às diferentes forças políticas que neles governam.

Se a este estudo, ensaiando um olhar sociológico-organizacional que revele a natureza política e educativa das práticas organizacionais e administrativas escolares, se aliar a reflexão sobre políticas alternativas, a construção de *modelos de governação* mais democráticos, comprometidos com a emancipação e a autonomização dos sujeitos, então o pensamento e a obra de Paulo Freire emergem com extraordinária força e oportunidade. Neste exercício de resistência à despolitização (e tantas vezes à privatização) da escola pública, de defesa de uma educação escolar comprometida com os valores do domínio público, com o aprofundamento da democracia e da cidadania, com a igualdade e a justiça, os contributos, as interrogações e os desafios propostos por Freire parecem-me incontornáveis.

Foi a compreensão deste facto que motivou o presente trabalho — um estudo, apenas um estudo, que busca interrogar um conjunto de textos escritos por Paulo Freire e também por outros autores que com ele trabalharam e dialogaram, e ainda diversas contribuições e interpretações em torno do seu pensamento, ensaiando uma focalização sociológica-organizacional das realidades políticas e administrativas do sistema escolar e da escola enquanto organização educativa pública, assim prosseguindo os estudos que venho realizando há cerca de duas décadas sobre democracia e participação na escola.

É por esta razão que, ao contrário da generalidade dos livros e artigos que abordam o seu pensamento, este

trabalho não foi escrito por um especialista em Paulo Freire, conhecedor profundo do seu contexto sociohistórico e cultural, ou experimentado exegeta da vasta obra que nos legou. Foi escrito por alguém que se foi especializando no estudo sociológico das organizações educativas e que a partir dos seus interesses e das suas inquietações procura estabelecer um diálogo com os textos de Freire e interrogá-los, tendo partilhado em primeira instância esse exercício com os leitores portugueses e desta forma prosseguindo o trabalho de (sempre) estudante das matérias políticas, organizacionais e administrativas que caracterizam a escola pública e os problemas da sua *governação*. Este é, de resto, um conceito central ao trabalho apresentado, merecendo por isso breve esclarecimento. Do latim *gubernatione*, a palavra “governação” (já usada em língua portuguesa pelo menos desde o século XV) significa condução, direcção, acção ou efeito de governar. Embora seja apresentada em vários dicionários como sinónimo de administração e de governo, entendo destacar a ideia de processo, exercício e acção de governar, mais do que os sentidos de instituição ou de aparelho político-administrativo, ou ainda de estruturas, órgãos e poderes formais de governo. No caso da governação democrática das escolas, trata-se de uma perspectiva conceptual que focaliza intervenções democraticamente referenciadas, exercidas por actores educativos e consubstanciadas em acções de (auto)governo; acções que não apenas se revelam enquanto decisões político-educativas tomadas a partir de contextos organizacionais e de estruturas de poder de decisão, mas que também interferem na construção e recriação dessas estruturas e de formas mais democráticas de exercer os poderes educativos no sistema escolar, na escola, na sala de aula, etc.

O resultado é seguramente mais relevante em termos de autoformação da parte de quem estuda e escreve, do que em termos do ensaio conseguido, naturalmente acusando as limitações inerentes à abordagem de uma obra vasta e polifacetada, a partir de interesses específicos e de uma posição de observação tão geograficamente distante,

ainda que, por outras razões, bastante mais próxima. Em todo o caso, como escreveu Paulo Freire, estudar é isto mesmo, “é assumir uma relação de diálogo com o autor do texto, cuja mediação se encontra nos temas de que ele trata. Esta relação dialógica implica na percepção do condicionamento histórico-sociológico e ideológico do autor, nem sempre o mesmo do leitor” (Freire, 1976: 12).

Com todas as limitações e dificuldades, também próprias do processo da minha aprendizagem de Freire e das realidades da sociedade e da educação brasileiras, aqui fica à consideração dos leitores a expressão do meu *enfrentamento* com o autor, a obra e o mundo do “andarilho da utopia”, bem como algumas contribuições orientadas para a *descodificação* das organizações escolares e para a *prática de pensar as práticas* político-administrativas em educação.

Não obstante as dificuldades e limitações referidas, pude contar com o apoio, a sugestão de materiais e a disponibilização de fontes, por parte de alguns amigos que é justo nomear e a quem quero agradecer: aos meus colegas do Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional da Universidade do Minho, Almerindo Afonso (e por seu intermédio a Ricardo Kotscho) e Carlos Vilar Estêvão; a Amélia Vitória Sancho, Paula Guimarães e Ana Paula Barros, todas da Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho; a Ney Cristina Oliveira e a Orlando Souza, estudantes de doutoramento e antigos alunos de Paulo Freire na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, também *meus* estudantes no Brasil e em Portugal, com quem pude aprender mais sobre Paulo Freire, aceder a novas leituras e a materiais de trabalho que eles e outros amigos no Brasil me fizeram chegar, em especial Selma Rocha, a quem devo o acesso a importantes fontes da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Agradeço também: aos organizadores do *Simpósio Paulo Freire*, realizado em Março de 1998 na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, pelo convite que me formularam para participar

numa mesa redonda sobre a “Vida e Obra de Paulo Freire”, onde apresentei alguns dados preliminares do estudo agora publicado e onde pude seguir outras importantes intervenções, designadamente as de Maria de Lourdes Pintasilgo, António Nóvoa e Michael Apple; a Steve Stoer e a Luiza Cortesão, da Universidade do Porto, pelo convite que me dirigiram para participar na organização de um número temático, dedicado a Paulo Freire, da Revista *Educação, Sociedade & Culturas* (n.º 10, de 1998), circunstância que propiciou a publicação de um primeiro trabalho que aqui retomo (então com o título “*Mudando a Cara da Escola: Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola Pública*”), e ainda uma estimulante sessão de apresentação pública daquele número da Revista, em Novembro de 1998, onde pude intervir na companhia daqueles colegas e também de Raúl Iturra (Universidade de Lisboa) e de Carlos Alberto Torres (UCLA-EUA); à direcção da Revista *Inovação*, editada pelo Instituto de Inovação Educacional (Lisboa), onde publiquei (Vol. 12, nº 2, de 1999) um artigo intitulado “Autonomia da Pedagogia da Autonomia” que aqui surge incorporado; ao Instituto Paulo Freire e especialmente ao seu Director Geral, Moacir Gadotti, pela forma como este estudo foi acolhido e pelas reflexões e sugestões suscitadas em reunião de trabalho que realizámos em São Paulo, no IPF, em finais de Novembro de 1999, contando também com a presença estimulante e experiente dos responsáveis pela Cortez Editora.

Finalmente, quero agradecer a estudantes, professoras e professores brasileiros, com quem tenho tido a oportunidade de trabalhar nos últimos anos, numa estimulante troca e partilha de saberes, numa recíproca curiosidade e genuíno interesse pelo outro e por seu contexto histórico e sociocultural, seja em congressos e reuniões (da ANPED à ANPAE), em cursos intensivos de pós-graduação (como na UNIMEP), ou em seminários e palestras (como na PUC, na UNESP e na USP), onde sempre recebi mais do que poderei jamais retribuir. Neste processo da minha aprendizagem do Brasil e de suas realidades socioeduca-

tivas, sou especialmente devedor da amizade e do carinho de colegas que, por diversas formas, se tornaram especialmente responsáveis por minhas participações em seu País e com quem tem sido um privilégio poder colaborar; quero por isso dedicar-lhes este trabalho e através deles saudar todos aqueles que tenho contactado pessoalmente: ao Afrânio Mendes Catani, ao Celestino Alves da Silva Junior, ao João dos Reis da Silva Junior, à Lourdes Marcelino Machado, à Rinalva Cassiano Silva, ao Valdemar Sguissardi e ao Vitor Henrique Paro.

Licínio C. Lima
Braga, Dezembro de 1999